

en textos
entre

entretextos

13 AONDE NOS LEVA A DIVERSIDADE DA
LÍNGUA PORTUGUESA?
Anabela Mimoso

Março de 2010

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
I Instituto de Ciências da Educação



Anabela Mimoso
ULHT
Ceief

AONDE NOS LEVA A DIVERSIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA?

Resumo

É verdade que a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. Isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É o que se passa em relação à língua portuguesa. Mas se as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil (PB) e a do Português europeu (PE) são mínimas, já o mesmo não se pode dizer quando temos em conta os dialectos, nomeadamente os da variante do PB, pois estas apresentam acentuadas diferenças entre si. Por isso mesmo, o que se afigura mais urgente fazer será resolver o problema da unidade da língua dentro do próprio Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros.

Palavras-chave: língua; diassistema; unidade da língua.

Abstract

It is true that language is a diasystem, in which several system and subsystems interrelate. That does not mean that its unity may be questioned, in so far as long as all native speakers can understand one another. This is the case of the Portuguese language. But, if there are only a few minor differences in what concerns the written aspect between Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP), the same can not be said about the regional dialects, especially in BP, for they present extreme variations between themselves. This is why, it is urgent to solve the problem of language unity in Brazil, so that, in a short term, Brazilian people can communicate with each other without experiencing any kind of difficulty.

Key words: language; diasystem; language unity.

1. INTRODUÇÃO

Dos países ditos “lusófonos” é precisamente o Brasil aquele em que as ideologias anticonialistas mais se fazem sentir. O que não deixa de ser curioso, porque é aquele que se tornou independente há mais tempo. Quem professa essas ideologias, contra a lógica da História e da Cultura e sem fundamentação linguística, reivindica o direito a uma língua brasileira, independente da Portuguesa, portanto. Ao contrário, os países africanos e Timor, os quais puderam recentemente optar por uma língua oficial própria, escolheram a portuguesa, porque historicamente e também linguisticamente isso é o correcto¹.

Em Portugal, essas mesmas ideologias também se fazem sentir, sobretudo em alguns sectores das nossas camadas intelectuais. Estes sectores recusam não só a ideia de que a língua é a mesma, mas também o próprio conceito de “lusofonia”, que denunciam como uma manifestação neo- ou recolonialista, manifestação saudosista das grandezas de Quinhentos. É assim que Alfredo Margarido, por exemplo, atribui à perda do Império, consequência da revolução de 1974, a necessidade da criação da ideia de que a língua portuguesa poderia constituir um elo de ligação entre os povos que outrora tiveram um destino comum. Diz este autor: «Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua “grandeza”. Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros» (2000: 28). A “recusa do Outro”, segundo ainda esse autor (2000: 47), seria mesmo o que definiria a nossa consciência nacional. Felizmente, para nós, não considera este fenómeno só tipicamente português, mas sim «uma fracção do discurso europeu» (2000: 55).

Afirmações destas, reflectem a assumpção de uma culpa que os portugueses do séc. XXI não têm de assumir, porque não são responsáveis por ela. Responsabilizar as populações actuais pelos erros dos seus governantes passados é anacrónico e historicamente errado. A colonização portuguesa foi menos brutal do que a espanhola e

¹ Para além, obviamente, das motivações económicas que estão subjacentes e que suportam esta opção, sobretudo no caso dos países africanos.

a inglesa, mas mesmo que assim não fosse, não se pode julgar a História, muito menos à luz de ideias que, só muito recentemente, se tornaram ideais mais ou menos consensuais.

Não é partindo de pressupostos ideológicos que o tempo ajudou a sarar e, portanto, ultrapassados há muito pelos brasileiros - o trauma pós -colonial -, que se pode justificar a mudança de uma língua por outra que, afinal, é uma sua variante. Seria o mesmo que destruir os fortes e as igrejas de construção portuguesa, o mesmo que apagar da memória as lendas e os contos tradicionais luso-africanos. Não sendo responsáveis pelo que os nossos antepassados fizeram, somos, no entanto, co-responsáveis pelo que possamos fazer pela preservação da mais rica herança que nos foi legada e que partilhamos com outros povos – a língua portuguesa.

2. A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS NO BRASIL

Contudo, os problemas da língua no Brasil não se resumem à discussão de saber se a variante brasileira deve ou não autonomizar-se. O primeiro problema que se levanta é o do estatuto das línguas minoritárias, o que é também uma consequência da história da colonização do Brasil. Por língua minoritária entende-se a que é usada num país por um número reduzido de pessoas, sejam ou não naturais desse mesmo país (respectivamente, autóctones e alóctones) e que diferem da sua língua oficial, como é o caso do mirandês em relação ao português (autóctone) e do ucraniano falado por muito imigrantes em Portugal (alóctone). Ora, antes da colonização efectiva do Brasil (1530), havia mais de mil línguas, faladas por índios de diversas etnias. Os poucos portugueses que aí se fixaram, por sua vez oriundos de várias zonas de Portugal, portanto com dialectos próprios, e provenientes de várias “classes” sociais, geralmente humildes e pouco cultos, passaram a falar uma mistura de Tupi, a língua índia mais falada ao longo da costa atlântica. Foi também esta língua que serviu para os jesuítas pregarem aí o cristianismo. Este “tupi jesuítico” que agregava, obviamente, influências portuguesas, mas também africanas (o tráfico negreiro inicia-se em 1538) não era, porém, a única língua geral. Havia outras de base não tupi, como, por exemplo, a de base cariri. Apenas em Pernambuco e na Baía, a minoria branca falava português europeu.

Com a expulsão dos Holandeses (1654), começa a exploração mais intensa do território brasileiro. O elemento índio vai perdendo importância em detrimento dos negros e dos brancos. A língua geral é relegada para as populações do interior e para as missões jesuíticas. Os habitantes do litoral das classes mais humildes falavam crioulo tupi (brancos, negros, índios), misturado com o crioulo africano nagô ou quimbundo. Mas à medida que os bandeirantes vão penetrando no sertão, a fronteira linguística entre o português e os idiomas indígenas vai sendo empurrada cada vez mais para Ocidente.

Com a expulsão dos jesuítas em 1757, com a laicização do ensino, o Português é instituído como a língua oficial do Brasil, proibindo-se, portanto, o uso da língua geral. É evidente que nesta altura, o Português falado no Brasil já tinha características próprias que o diferenciavam do falado em Portugal. Como já ficou demonstrado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1993: 81), a partir desta altura há um decréscimo de africanos, de índios e de portugueses em favor do crescimento de mulatos e de brancos brasileiros.

Doravante, porém, nas cidades, a influência das línguas africanas torna-se muito maior, na medida em que a maioria dos índios ou tinha sido absorvida ou tinha morrido ou estava confinada às zonas mais remotas do país, onde continuava a falar a sua própria língua. As elites coloniais mestiças enriquecem e estabelecem uma nova ordem social com a fundação de Academias e, em Minas Gerais, surge mesmo um grupo que visa a emancipação cultural (não linguística) da metrópole – é a Geração Mineira da Inconfidência - a que pertenceu Tomás António Gonzaga.

Mas logo um outro evento veio mudar o rumo dos acontecimentos: a mudança da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Este acontecimento veio provocar uma rápida e intensa urbanização do Brasil, um autêntico processo de relusitanização do país. A diferença entre a fala do cidadão e a dos camponeses acentua-se cada vez mais, já que, enquanto os brancos se fixam nas cidades, o campo continua habitado por muitos negros, ainda alguns índios, mas sobretudo mestiços que continuam a falar crioulo, em maior ou menor grau. No entanto, a independência que se lhe seguiu e a intenção da Constituição de 1823 em instituir o ensino primário obrigatório, embora não realizada em pleno, vêm favorecer e generalizar o uso da norma linguística, sobretudo nas cidades. A estas influências ainda teremos de juntar a da imigração de portugueses

(como aconteceu em S. Catarina com os Açorianos) e de outros europeus² (2) que vieram aumentar ainda mais a diversidade linguística do PB. Rosa Virgínia sintetiza assim a génese do PB: «É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços característicos do português brasileiro língua nacional» (1993: 84-5). Acrescentemos-lhe, pois, a influência das línguas desses imigrantes europeus também como traço característico do PB.

3. A LÍNGUA EM QUESTÃO

Claro que essas influências não se fazem sentir uniformemente em todo o país. Mas a verdade é que em qualquer língua existem variantes, consoante os diferentes lugares onde ela é falada. Por exemplo, em relação ao PE, um micalense não fala como um nortenho continental, nem este como um algarvio. Quer isto dizer que o factor geográfico implica a existência de variedades linguísticas que se costumam designar por *dialectos* ou *falares*. Para que se não entenda pejorativamente a palavra “dialecto”, convirá convocar o testemunho de Rita Faria, para referir que «a própria língua (e aqui fazemos corresponder “língua” ao conceito de norma-padrão...) é também ela uma variedade dialectal que, por gozar de prestígio social, foi elevada ao estatuto de norma padrão» (2006: 40).

Quando se fala em dialecto, é costume aliar à sua definição a noção de sotaque, mas a variação dialectal estende-se também ao léxico e pode mesmo abranger a morfologia e até a sintaxe, como acontece nos falares alentejanos com o uso do gerúndio: *estou fazendo* em vez do padronizado *estou a fazer*. Mas numa mesma região, província, distrito ou até concelho, poderemos ainda encontrar diferenças no falar entre indivíduos da cidade e indivíduos do meio rural, entre os que habitam uma região mais montanhosa e os que habitam a planície. Poderemos mesmo citar um curioso caso (entre outros): em Niza, os seus habitantes conseguem encontrar diferenças no modo como eles e os

² Referimo-nos, sobretudo, aos italianos que constituíram a maior corrente imigratória no Brasil. Não é de admirar que, nas localidades onde ela mais se fez sentir haja muitas interferências italianas na língua portuguesa no Brasil.

albicastrenses falam, muito embora pertençam ambos ao mesmo dialecto centro-meridional e as duas cidades sejam muito próximas (o que se explica pelas dificuldades de comunicação viária entre elas). Mas até dentro de uma mesma cidade, vila ou aldeia, as pessoas que aí nasceram e aí se criaram não possuem todas a mesma técnica linguística. O pedreiro, o funcionário público têm modos distintos de falar – são as *variantes culturais*. Alguns autores consideram ainda as gírias - que identificam os hábitos linguísticos, geralmente de uma profissão, como por exemplo, a dos médicos - *dialectos ocupacionais*, mas também poderemos falar de uma gíria própria dos ladrões ou dos drogados.

Poderemos ainda considerar a existência de *dialectos históricos* ou *temporais* que estão implícitos na evolução natural de uma língua qualquer. Percebemos algumas diferenças, não são só ortográficas, entre o texto de Caminha e a *Marília de Dirceu* mas, embora revelando fases diferentes da evolução da mesma língua, continuam a ser percebidos por um público medianamente alfabetizado.

Ora, a distância geográfica faz com que se conservem muitos arcaísmos, como é o caso de Trás-os-Montes, onde até há pouco as ligações com o litoral eram difíceis. Com um oceano de premeio entre Brasil e Portugal, e ao longo de quinhentos anos, a língua conservou muito do sabor antigo. Assim, um dos traços mais importantes do PB é, pois, o seu conservadorismo. Por isso mesmo, não se pode dizer que a variante usada em Portugal é a mais correcta. Segundo este ponto de vista, seria mesmo a mais adulterada. Mas, enfim, em todo o mundo, a língua é sempre nossa, e o dialecto é dos outros, em qualquer dos lados da barricada em que nos coloquemos.

De facto, toda a gente falou e fala um dialecto, logo nenhum é superior a outro, embora alguns sejam considerados de prestígio, segundo um determinado ponto de vista. Assim, a língua é ela própria o dialecto mais prestigiado pela sociedade, dado que foi politicamente escolhido e instituído como norma. Depois foi codificado e normalizado e ensinado nas escolas. Como as gramáticas e os dicionários prescrevem o uso da língua considerado correcto, a fixação escrita de uma variedade linguística, estabelecida como norma escolar, contribui para a perpetuação da norma-padrão e é fundamental para a distinção de uma língua. Claro que um mesmo indivíduo singular pode exprimir-se de diferentes formas, conforme é homem ou mulher, está em família ou com os amigos, com o patrão ou com interlocutores de outra região que não falam o seu dialecto – isto é

o que Herculano de Carvalho chama *estilo*, definindo-o como a «adequação das formas que constituem o saber linguístico de um sujeito falante às finalidades específicas de cada um dos seus actos de fala» (1983:32). De facto, cada sujeito selecciona, mais ou menos conscientemente, os meios linguísticos que melhor servem os seus propósitos.

Deste modo, os actos verbais variam numa gama relativamente extensa entre os de exteriorização imediata, geralmente coloquiais, e aqueles de exteriorização mais reflectida, geralmente escritos, criando formas mistas entre os dois extremos, como por exemplo, numa exposição oral sobre um tema científico ou na reprodução escrita de um diálogo entre dois jovens suburbanos. O estilo *coloquial* tem função predominantemente apelativa e expressiva, mas também informativa (*Dá-me isso. Está quente. Que bom!*) e apresenta conteúdos relativamente pobres, pois surge de uma necessidade imediata de comunicação. Obviamente, que no estilo reflectido é de esperar encontrar uma linguagem rica, complexa e variada, esforçando-se o indivíduo por falar com correcção e elegância.

É verdade que cada falante pode recorrer a estes dois “estilos”, mas para isso é necessário que ele alargue as suas competências linguísticas, não só pela aprendizagem formal e não formal, como também pelo alargamento das oportunidades de realização de actos de fala em diversas circunstâncias e com interlocutores de diferentes níveis etários, de diferentes meios culturais e geográficos. A adequação a cada situação regula-se, pois, por determinados preceitos a que se poderá chamar *norma estilística*. É o conhecimento desta norma que nos levará, numa dada situação, a escolher *giro*, em vez de *belo*, ou *preguiçoso* em vez de *calão*.

Contudo, é preciso compreender que o saber linguístico individual não se realiza apenas tendo em conta as formas utilizadas pelo sujeito. De facto, cada pessoa fala de uma determinada maneira, mas sabe também como os outros falam, e não só reconhece as formas que outros sujeitos utilizam, como também as consegue compreender. Esporadicamente, pode até utilizar essas outras formas, no todo ou em parte, pode até, ao transferir-se, por exemplo, para outra região diferente da sua, deixar de usar alguns termos, incompreensíveis, pouco usuais ou chocantes nessa nova região, como seria pedir um *garoto* no Norte de Portugal continental ou usar o termo *rapariga* no Brasil.

Com tantas variáveis, como se determina então até que ponto duas pessoas de regiões ou países diferentes falam a mesma língua? Aceita-se geralmente o critério da

inteligibilidade mútua para se delimitar os falantes de uma mesma língua, embora este não seja um critério absoluto. O critério político e histórico-cultural pode ser também muito relevante. Assim, o sueco, o dinamarquês e o norueguês não são considerados dialectos de uma mesma língua, apesar de os falantes destas três nacionalidades se entenderem razoavelmente bem, mas sim línguas diferentes, porque pertencem a comunidades com História e Cultura diferentes e com autonomia política.

4. A QUESTÃO DA LÍNGUA

Capaz de individualizar um país, a língua tem uma força prodigiosa. Aliás, todos sabemos como no princípio era o verbo. E foi pela sua força que Deus criou o mundo. Ora, desde que Ele castigou os homens com a diversidade das línguas que eles buscam uma nova forma de se entenderem. Para isso os homens inventaram uma maneira: fizeram-se ao mar e levaram consigo a língua. Eles tinham percebido o poder da língua: é que nomear as coisas é adquirir poder sobre elas.

Se bem que uma língua não se defina só pelo número de falantes, mas sobretudo «pela sua identidade e autoridade cultural» (REIS; 1992: 26), ela permite, quando é transcontinental, como a Portuguesa, unir os povos. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando afirmou que «da minha língua vê-se o mar». Ora, é este mesmo mar que une todos os seus falantes. Foi esse mar que outrora pôs os povos dos vários continentes em contacto entre si, é esse mesmo mar que hoje continua a levá-los no destino comum da diáspora emigratória.

Obviamente que o Português não é uma realidade homogénea, o que não é para admirar atendendo aos diversos factores sociais, históricos, geográficos, étnicos e linguísticos que o condicionaram. Do que ficou atrás sucintamente exposto em relação à realidade brasileira, poderemos inferir a influência que outra realidade social, histórica, geográfica, étnica e linguística teve, por exemplo, na variante falada no Algarve ou na falada em Angola ou em Timor. Paul Teyssier pôs o dedo na ferida quando afirmou que: «Pode dizer-se do português o que já se disse muitas vezes do castelhano: é filho da conquista» (*apud* Reis; 1992: 18). E este facto é inegável quer o pensemos em relação à formação da nossa própria língua e do nosso país, quer o pensemos em relação à sua expansão.

Obviamente que a opressão colonialista permite-nos perceber o desejo da diferenciação linguística tão ansiada por alguns sectores da sociedade brasileira. Afirma Carlos Reis: «a recusa da Língua poderia ser utilizada como modo de afirmação político-cultural, quando está em causa a constituição de identidades nacionais que tendem a rejeitar tutelas de qualquer espécie», por isso mesmo é preciso ter em conta que «a protecção da unidade do Português exige, antes de mais e por paradoxal que pareça, o reconhecimento de um certo direito à diferença linguística, até ao ponto-limite em que ela afecta cruciais componentes estruturais e perturba a possibilidade de comunicação; uma diferença em que entra naturalmente o contributo de elementos autóctones, colhidos em cenários ético-culturais que nenhuma metrópole deverá contrariar» (1992: 22). Mas a identidade nacional do Brasil já há muito que não está em causa, logo, não há motivo para essa luta.

Por outro lado, a unidade da língua compreende tanto as variedades diacrónicas como as sincrónicas, sejam elas culturais, geográficas ou individuais (estilos), desde que todos os seus falantes se entendam uns aos outros. Ora, as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil e a do Português europeu são mínimas, pelo que a unidade da língua também não está em causa neste aspecto. Claro que o mesmo já não se passa quando temos em conta os dialectos, nomeadamente os da variante do PB, pois estes apresentam diferenças acentuadas entre si. Essas diferenças encontram-se no vocabulário, pronúncia e sintaxe, especialmente na língua falada. Alguns linguistas, brasileiros especialmente, não se cansam de as enfatizar para afirmarem a sua autonomia. A verdade é que os falantes de ambas as línguas, desde que minimamente alfabetizados, podem entender-se perfeitamente. As dificuldades de entendimento de alguns brasileiros em relação a algumas das variedades do PE, geralmente individuais, resultam do ensurdecimento da língua (o ensurdecimento da língua é, enfim, também ele uma forma de evolução), especialidade que os portugueses, nomeadamente lisboetas da classe média alta e alta, têm vindo a praticar e que é veiculada pelos meios de comunicação social. Mas as diferenças entre as variantes são comuns a todas as línguas, ocorrendo em maior ou menor grau, consoante os casos.

Mesmo sendo a língua um diassistema, no qual se inter-relacionam, como vimos, diversos sistemas e sub-sistemas, isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É óbvio que a

língua tem de registar variedades significativas. O que é natural e saudável. Diz Lindley Cintra: «Condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, etc. E essa multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais» (1984: 3). Ou como diria Herculano de Carvalho «seja qual for a extensão da comunidade linguística em causa, os saberes linguísticos dos sujeitos falantes que a constituem não são nunca perfeitamente idênticos entre si» (1983: 230). Facilmente se perceberá que quanto menor extensão tiver a comunidade, quanto menor e mais homogêneo for o grupo de falantes, o saber comum a todos eles será maior e, inversamente, quanto maior for a comunidade, quanto maior e mais extenso for o número de falantes, menor será o saber comum a todos e, por isso, mais divergências haverá nas realizações dos actos de fala. É o que acontece com o Português, língua falada em quatro continentes, em territórios tão diferentes entre si, com substratos linguísticos diferenciados e mesmo com superstratos tão díspares.

Mas a questão da diferenciação do PB, posta em nome do direito à diversidade cultural, não pode fazer esquecer a necessidade de acesso à cultura das minorias étnicas. Obviamente que esses povos têm direito a todas as suas especificidades, mas como opção própria, como reconhecimento da sua identidade cultural, não por imposição dos intelectuais, como aconteceu em França com a renovação occitana (Martinet, 1989: 165), para que a língua que falam não os afaste ainda mais do acesso aos bens materiais e culturais do país. A política de preservação dessas línguas tem de ser factor de inclusão e não de exclusão social. O facto de alguns índios não serem falantes da língua oficial do seu país não é um factor de desenvolvimento cultural, mas sim de atraso. E isso é deveras preocupante.

Evidentemente que a existência de línguas minoritárias em perigo não é um problema exclusivo do Brasil. Calcula-se que existem a nível mundial cerca de seis mil, novecentas e doze línguas vivas e conhecidas, das quais menos de metade sobreviverão até ao final deste século (Casanova, 2006: 121). Das línguas minoritárias do Brasil, umas já estão extintas, outras moribundas e outras ameaçadas. Para salvar as que ainda são viáveis só o apoio governamental poderá garantir a sua conservação e expansão, mas mesmo assim não é pacífico se essa sobrevivência é possível, na medida em que a

língua oficial, a de prestígio, pode ter o efeito de apagamento das outras, levando à sua atrofia, sobretudo se a sua preservação não for sentida como necessária pelas populações, mas imposta de fora. A morte de uma língua acontece porque os seus falantes optam por usar a língua hegemónica. Como lembrou Martinet «acontece, muitas vezes, que uma criança a quem se ensina uma língua de prestígio adquira uma espécie de repugnância em relação à língua adquirida anteriormente» (1989: 155). O que é uma forma de sobrevivência.

De facto, a língua de prestígio tem um efeito modelador no movimento de ascensão social. Ao praticá-la, os povos saem da sua pobreza tradicional em direcção a uma maior qualidade de vida e, logo, para novas oportunidades que lhe são oferecidas pelo mundo desenvolvido. Ora, isso só pode ser positivo. Claro que pode causar pena e tristeza assistir ao desaparecimento de mais uma herança do nosso passado, mas é o preço que é preciso pagar pelo progresso. Por isso, a escolarização tem de ser uma realidade, pois é fundamental na melhoria das condições de vida dos seus falantes. Tarefa ingente, mas não impossível para quem já empreendeu outras tarefas bem mais ciclópicas.

Todos os cidadãos brasileiros têm direito a aprender português, mesmo que essa não seja a sua língua materna. Doutra modo correr-se-ia o risco de impedir o acesso ao desenvolvimento económico, cultural e social das populações marginalizadas. Já há muito que André Martinet nos veio chamar a atenção para preconceitos sobre a língua materna que não têm razão de ser. De imediato, para o facto de que «um individuo não está mais seguro de uma língua que aprendeu em primeiro lugar do que de uma outra adquirida ulteriormente» (1989: 144). Depois, para o facto de que a língua materna não é obrigatoriamente a do nosso pensamento, a da criação literária. Diz este autor: «É conveniente lutar contra a ideia espalhada de que apenas se pode compor uma obra literária na língua que se aprendeu no decurso da mais tenra infância. Os exemplos contrários não faltam: Adalberto de Chamisso, francês de nascença, escreveu em alemão; José Maria de Heredia, de origem cubana, é um poeta francês; Joseph Conrad, polaco, é um autor inglês» (1989: 145-6). As suas ressalvas vêm abalar a crença na ideia de que quem perde a sua língua materna, perde a sua identidade.

Num país de dimensões continentais com tantos problemas socioeconómicos para resolver, o Brasil não tem condições para tentar a salvação das línguas minoritárias

em perigo - nem o Brasil, nem provavelmente nenhum país, em idênticas circunstâncias, por mais rico que fosse³. Se bem que o levantamento de todos os seus dialectos e línguas ainda seja uma miragem (o que não é para admirar, tendo em conta a imensidade do país e as especificidades todas a que é preciso atender), não nos parece acertado quer historicamente, quer cultural ou linguisticamente, falar no Brasileiro, como uma língua diferente da portuguesa. Até porque o efeito TV (telenovelas), a forte imigração brasileira e africana que hoje existe em todo o Portugal contribui para uma maior aproximação das três variantes (europeia, brasileira e africana). Mas também porque, com uma maior expansão do sistema escolar, o incremento do turismo português em certas zonas do Brasil, as migrações da população rural para as cidades em busca de emprego, se estão a inverter os actuais afastamentos das duas variantes.

Por outro lado, os puristas da língua têm que entender que a existência de unidade no Português passa pela sua diversidade, até porque é esta que lhe garante a necessária inovação lexical e plasticidade estilística. É evidente que terão de ser sempre definidos «os limites da inovação possível, sempre balizados pela estabilidade do sistema estrutural da Língua» (Reis, 1982:24).

Para o bem e para o mal houve uma História comum entre Portugal e os povos que sofreram colonização portuguesa que não pode ser branqueada, mas que também não pode ser apagada, nem deve ser desprestigiada, descontextualizando-se os factos do tempo em que ocorreram. Os povos da “lusofonia” perceberam que a língua, se antes foi instrumento de afirmação de poder, também pode tornar-se hoje elemento de união.

4. CONCLUSÃO

Portugal e Brasil são dois países diferentes, mas têm uma História e uma Cultura com muito de comum. Ora, se portugueses e brasileiros se entendem mutuamente, não há, pois, razão para a mudança de língua. Claro que nem todas as forças concorrem para este entendimento. Afastados da ideia de “correção” idiomática postulada pela gramática latinizante, muitos dos modernos linguistas não conseguem encontrar um

³ Várias iniciativas institucionais foram criadas visando a protecção das línguas minoritárias, como a *Endangered Languages Fund*, o projecto *Terralingua...* A criação da *Universal Declaration of Linguistic Rights* (1994) permite reconhecer a igualdade de estatuto de todas as línguas.

ponto de equilíbrio, algures entre o poder que o povo tem sobre a língua e a força regularizadora dos textos escritos pelos “clássicos”. No entanto, se se defende que, os comportamentos sociais são regulados por regras a que devemos obedecer se quisermos ser correctos, facilmente se perceberá que também a língua tem de obedecer a critérios consensuais, comuns a todos os seus falantes. Os linguistas sabem que qualquer língua proíbe mais do que aquilo que permite.

Mas é um facto que no Brasil a influência dos substratos linguísticos e dos superstratos se fazem sentir de maneira muito premente, uma vez que as distâncias geográficas e económicas são muito maiores do que em Portugal. Assim, dadas as diferenças que os dialectos do PB têm entre si e a existência de um rico património linguístico autóctone, afigura-se-nos urgente resolver o problema da unidade da língua dentro do Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros. Para isso é preciso promover a prática de uma escolaridade efectiva em todas as regiões do país e para todas as camadas sociais, com especial destaque para o ensino da língua. É evidente que a língua falada não é igual à língua escrita, mas deve aproximar-se dela o suficiente para que um indivíduo, ao ser alfabetizado, não sinta que o está a fazer noutra língua. É preciso também dar-lhe oportunidade de conhecer outras formas de falar com outros interlocutores e em diversas situações, de forma a usar outros níveis de língua, enriquecendo assim o seu património linguístico.

Preocupado com o poder político da língua, com velhas ideias anticolonialistas, ao afastar-se da “norma” escrita que tem vindo a ser consagrada na sua variante, ao pugnar por uma outra língua, o Brasil corre o risco de perder a sua unidade linguística, e de, num futuro mais ou menos próximo, ver também alguns dos seus dialectos a reivindicar, por sua vez, o direito a constituírem-se como línguas que dificultariam o entendimento entre todos os brasileiros e retardariam o progresso do país, já que obrigariam à reformulação, reconversão e diferenciação de todo o ensino da língua.

É um facto de que é mais o que nos une do que nos separa, conforme se pode constatar pelo testemunho de dois brasileiros. O primeiro é recente - é de 1992. Trata-se de A. Gomes da Costa, então presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português e Presidente em exercício do Real Gabinete Português de Leitura. Reconhece ele que: «Se por um lado, o fato de

termos uma língua com tantos milhões de utentes nos causa um certo ufanismo, por outro, essa mesma dimensão traz-nos responsabilidades, que vão desde o ensino nas escolas, ao enriquecimento vocabular, da criação literária aos cânones gramaticais, da unidade dentro da variedade à beleza da ortofonia» (1992: 14). A segunda palavra é do poeta.

*Outro navio que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trem e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho!
Tarde (1919)*

Do lado de cá, Aquilino Ribeiro, por exemplo, considerou-a o mais «lídimo e precioso» de todos os patrimónios (1949). Cá como lá, quem a conhece e sabe cultivar, ama incondicionalmente a portuguesa língua.

Para finalizar, socorro-me da autoridade das palavras de André Martinet que traduzem bem a forma de solucionar esta questão da língua: «por muito estruturada que seja, qualquer língua só pode funcionar se existirem, nos que a falam e a escrevem, uma grande tolerância, a aceitação de valores e forma diferentes dos valores que foram conhecidos e praticados desde sempre, a convicção que a compreensão mútua nasce do desejo de comunicar. Também não se deve esquecer que uma língua “maleável” vale mais do que uma língua “pura”» (1989: 172).

E o Português de forte sabor a sal tornou-se, graças ao contributo de brasileiros e, mais recentemente, de africanos e timorenses, uma língua complexa, mas dúctil, com sabor ao café timorense, ao açúcar brasileiro e ao coco africano.

BIBLIOGRAFIA

Carvalho, J. H. de (1983). *Teoria da Linguagem*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Casanova, I. (org.) (2006). *O Destino das Línguas*. Lisboa: UC Ed.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Editora João Sá da Costa.
- Cuesta, P. Vázquez y Luz, M. A. M. da (1971). *Gramática Portuguesa*. Madrid: Gredos.
- João, M. I. (1993). “Unidade Nacional/Diversidade Regional: o caso dos Açores”, *Discursos*, nº 3.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Ed. U. Lusófona.
- Martinet, A. (1995). *Função e Dinâmica das Línguas*. Coimbra: Almedina.
- Reis, C. (1992). “O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão”, *Discursos*, nº 2.
- Ribeiro, A. (1949). “Pela língua Portuguesa”. *O Século*, 22 de Maio de 1949.
- Silva, B. (1992). *A Língua Portuguesa no Mundo*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida; Rio de Janeiro: Fund. Gertúlio Vargas.
- Silva, R. V. M. (1993). “Português brasileiro: raízes e trajectórias (para a construção de uma história)”, *Discursos*, nº 3.